

CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS CONSULTORIA
CONTRATO REF.ª N.º 38_ GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos

E

SISTEMA INGENIERIA CABO VERDE

Entre;

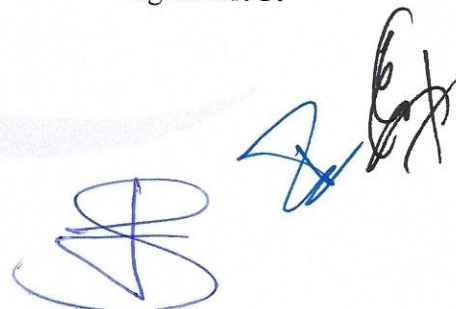
ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr. **Eduardo Évora Lima**, solteiro, portador do BI n.º 15586, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 101558643 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada por **Primeira Outorgante**;

Doravante identificado simplesmente por “Primeira Outorgante”

E

SOCIEDAD DE INGENIERIA, SERVICIOS DEL TERRITORIO Y MEDIO AMBIENTE, S.A. (SUCURSAL) SISTEMA INGENIERÍA CABO VERDE, Sociedade Anónima, com sede na rua da ilha de Santa Luzia, Palmarejo, Praia, Ilha de Santiago, NIF N.º 273577700, registada na Conservatória do Registo Comercial da Praia sob o número 8855/2017/06/28, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Adérito de Jesus Vieira Teixeira** portador do CNI, 19860219M001B, titular do NIF N.º 1674442767, na qualidade de Representante Legal, no uso de competências estatutárias, com poderes para obrigar,

Doravante identificada simplesmente por “Segunda Outorgante”



Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu o procedimento por Ajuste Direto, nos termos da alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 39.º do CCP;
- b) A minuta do contrato de Prestação de Serviços foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

É celebrado o presente contrato de prestação de serviços de Consultoria, que se regerá pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, que os outorgantes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:

Cláusula 1.ª
(Objeto)

- 1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria pela Segunda Outorgante relacionados com a **elaboração do Projeto de Execução para a reabilitação dos cais antigo (3 e 4) do Porto da Palmeira-Ilha Sal.**
- 2. O contrato é composto pelo presente clausulado e os seus anexos I e II.

Cláusula 2.ª
(Prazo)

- 1. O presente contrato vigorará pelo **prazo máximo de 60 (sessenta dias)** dias, a contar da data da assinatura do presente contrato.
- 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.
- 3. Estão excluídos da contagem do prazo referido no ponto 1 os tempos associados à análise, pela Primeira Outorgante, da fase de apreciação intermédia que, no decorrer dos trabalhos, venha a recomendar.



Cláusula 3.^a
(Obrigações principais da Segunda Outorgante)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente contrato ou nos demais documentos contratuais, da celebração do contrato decorrem, para a Segunda Outorgante, as seguintes obrigações:
 - (a) Executar a prestação de serviços objeto do presente contrato em conformidade com as regras de arte e da técnica, previstas para a natureza deste trabalho;
 - (b) Respeitar toda a legislação que lhe seja aplicável;
 - (c) Comunicar, de imediato, à Primeira Outorgante, quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
 - (d) Informar, de imediato, à Primeira Outorgante de quaisquer fatos que tenha conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
 - (e) Responder a qualquer incidente ou reclamação, suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente à prestação de serviços, quando solicitado.
 - (f) Cumprir o prazo acordado para a conclusão dos trabalhos, conforme estipulado na cláusula segunda do presente contrato;
 - (g) Realizar encontros de trabalho com os representantes da Primeira Outorgante, quando se mostrar necessário.
2. Todos os estudos, evidências, resultados, propostas, relatórios e planos que resultarem desta prestação de serviço, serão remetidos, em primeira mão, à Primeira Outorgante, devendo em caso algum ser utilizados para fins alheios aos citados, sem a devida autorização da mesma.

Cláusula 4.^a
(Preço Contratual)

Pela prestação de serviços de consultoria objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a pagar à Segunda Outorgante o montante de **2.300.000\$00 (dois milhões e trezentos mil escudos)**, conforme os termos da proposta financeira adjudicada, que faz parte integrante do presente contrato, montante sobre o qual incidirá o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor.



Cláusula 5.^a
(Faturação e condições de pagamento)

1. Os serviços serão faturados nos seguintes termos:
 - a. **50% (cinquenta por cento)** com a entrega do Estudo Prévio, equivalente a 1.150.000\$00 (um milhão e cento e cinquenta mil escudos), montante sobre o qual incidirá o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor;
 - b. **Restante 50% (cinquenta)** com a entrega do Projeto Execução, equivalente a 1.150.000\$00 (um milhão e cento e cinquenta mil escudos), montante sobre o qual incidirá o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor.
2. A Segunda Outorgante emite as faturas em nome da Primeira Outorgante, enviando-as para a respetiva morada.
3. O pagamento dos serviços será efetuado no prazo de 05 (cinco) dias contados da receção da fatura.
4. Desde que devidamente emitidas, as faturas serão pagas através de transferência bancária para a conta da Segunda Outorgante.
5. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, a Primeira Outorgante deverá comunicar este fato à Segunda Outorgante, por escrito, e no prazo de 10 (dez) dias após receção da respetiva fatura, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. A falta de pagamento dos valores contestados não vence juros de mora nem justifica a suspensão da prestação dos serviços por parte da Segunda Outorgante, devendo, no entanto, a Primeira Outorgante proceder ao pagamento da importância não contestada.
7. Existirá mora no pagamento sempre que o prazo estabelecido no número 3 da presente cláusula seja ultrapassado, sem que a parte devedora demonstre que os valores faturados foram já irreversivelmente colocados à disposição da instituição bancária da parte credora;



8. Em caso de mora no pagamento, a Segunda Outorgante terá direito, e sem demoras, para a parte dos pagamentos considerados, de um juro à taxa legal, não podendo no entanto, o total destes juros ultrapassar 30% (trinta por cento) do preço contratual.
9. A mora da Primeira Outorgante interrompe a contagem dos prazos a que ora se obriga a Segunda Outorgante, nomeadamente, para efeito de cálculo de penalizações.
10. A Primeira Outorgante reserva-se o direito de, sem prejuízo do direito às penalidades e a uma indemnização nos termos gerais de direito, suspender qualquer dos pagamentos acima referidos, sempre que a Segunda Outorgante não esteja a cumprir as suas obrigações contratuais.
11. A Primeira Outorgante realizará todos os pagamentos relativos ao presente contrato mediante transferência bancária a favor da Segunda Outorgante, para a seguinte conta;
 - a) Entidade Bancária: Banco BCN, Banco Cabo-verdiano de Negócios
 - b) N.º 6219866101
 - c) IBAN: CV64 0004 0000 06219866101 61
 - d) Swift: CANBCVCV

Cláusula 6.^a
(Entregáveis)

1. O presente contrato prevê os seguintes entregáveis:
 - i. Documentos de especificação técnica dos requisitos das infraestruturas e da arquitetura;
 - ii. Projeto base (peças desenhadas e peças escritas);
 - iii. Projeto de execução (peças desenhadas e peças escritas);
 - iv. Memória descritiva;
2. O Segundo Outorgante entregará no final do contrato um exemplar em formato papel e um exemplar em formato digital (CD-ROM) do Projeto de Execução.



Cláusula 7.^a
(Dever de boa execução)

1. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante garante que os serviços por si prestados, no âmbito do presente contrato, cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos pela Primeira Outorgante.

Cláusula 8.^a
(Propriedade Intelectual e Direitos de Autor)

1. Todo o “know-how” relativo à prestação dos serviços compreendidos no presente contrato, nomeadamente o resultante do Projeto de Execução para a reabilitação dos cais antigo (3 e 4) do Porto da Palmeira-Ilha Sal e demais regras de arte imprimidas, elaborados pela Segunda Outorgante serão, no termo do contrato, na medida em que a lei o permita, propriedade da Primeira Outorgante para todos os efeitos, podendo esta livremente modificá-los e utilizá-los para quaisquer fins.
2. A Segunda Outorgante indemnizará a Primeira Outorgante por todos os prejuízos, danos ou custos emergentes de ações ou procedimentos por violação de direitos de propriedade intelectual relativamente aos documentos, manuais, equipamentos, materiais, desenhos, peças escritas ou desenhadas, ideias ou técnicas protegidas por direitos de propriedade intelectual.
3. A Segunda Outorgante não poderá invocar quaisquer direitos pessoais relativamente a direitos de propriedade intelectual com vista a obstar ao cumprimento das obrigações que para ele decorram do presente contrato.
4. A Segunda Outorgante cumprirá todas as obrigações legais que resultem da utilização direta ou indireta de direitos de propriedade industrial da Primeira Outorgante ou de terceiros, designadamente desenhos registados, marcas de comércio ou fabrico, patentes registadas ou licenças.



Cláusula 9.^a
(Regularização de contribuição fiscal e de segurança social)

1. Durante a vigência do contrato, a Segunda Outorgante obriga-se a manter regularizadas as obrigações fiscais e as obrigações contributivas para a Segurança Social do Estado de Cabo Verde.
2. Para efeitos do determinado no número anterior, a Segunda Outorgante, obriga-se a disponibilizar a documentação comprovativa da regularização referida no número anterior, sempre que solicitado pela Primeira Outorgante.

Cláusula 10.^a
(Penalidades)

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, aplicam-se, as seguintes penalidades:
 - 1.1. Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 10 (dez) dias.
 - 1.2. Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do contrato, sem contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual.
2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e faturado em cada prestação.
3. O prazo para o pagamento, pela Segunda Outorgante, das penalidades previstas na presente cláusula é de 10 (dez) dias a contar da data de receção das respetivas faturas, emitidas pela Primeira Outorgante.
4. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Primeira Outorgante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar à Segunda Outorgante, ao abrigo do presente contrato.
5. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual.



6. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Primeira Outorgante decida não proceder à resolução do contrato, pelo facto de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30% (trinta por cento).

Cláusula 11.^a
(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, nomeadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicada à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da mesma.

Cláusula 12.^a
(Resolução do Contrato pela Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legais;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Segunda Outorgante;
 - (c) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de instruções transmitidas sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - (d) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na lei;



Cláusula 13.^a
(Efeitos da resolução do Contrato pela Primeira Outorgante)

1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante, por fato imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 14.^a
(Resolução pela Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Primeira Outorgante;
 - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Primeira Outorgante por duas prestações em atraso;
 - (d) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante quando for contrária à boa-fé a exigência pela parte pública de manutenção do contrato;
2. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante notificação à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 10 (dez) dias após a receção dessa declaração, salvo se este cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



Cláusula 15.^a
(Efeitos da resolução do Contrato pela Segunda Outorgante)

1. Em caso de resolução do contrato pela Segunda Outorgante por fato imputável à Primeira Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento dos honorários dos trabalhos já entregues ou em elaboração, conforme cláusula 6^a e uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada que se fixa em 15% (quinze por cento) dos honorários fixados;
2. A indemnização é paga pela Primeira Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se, para tanto, existir fundamento.

Cláusula 16.^a
(Dever de sigilo)

1. A Segunda Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação de segurança, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Primeira Outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do presente contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato, salvo autorização expressa da Primeira Outorgante.
3. A Segunda Outorgante obriga-se a remover e/ou destruir, no final da prestação dos serviços, todo e qualquer tipo de registo (em qualquer tipo de suporte, incluindo papel ou digital) relacionados com a informação coberta pelo dever de sigilo.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela Segunda Outorgante ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 17.^a
(Resolução de Diferendos)

Os eventuais diferendos ou litígios emergentes do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida será o diferendo submetido a arbitragem.

Cláusula 18.^a
(Foro)

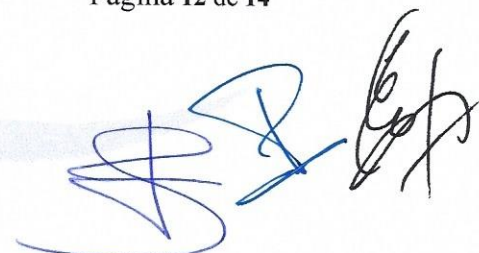
Para dirimir todas as questões eventualmente emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato é única exclusivamente competente o foro da Comarca de S. Vicente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pelas disposições do Código Civil vigente e demais legislação cabo-verdiana aplicável.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 13 (treze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrantes os **Anexos I e II** identificados e, que são rubricados pelas partes



Assim o outorgam.


Feito na Cidade do Mindelo, ao 15.º dia do mês de setembro do Ano de Dois Mil e Vinte e Dois.

A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA


Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Presidente do Conselho de Administração


Dr. Eduardo Évora Lima
Administrador Executivo

A Segunda Outorgante
SISTEMA INGENIERIA, SA


Eng.º Adérito de Jesus Vieira Teixeira
Representante Legal



ANEXO I

Proposta Técnica – Reabilitação Cais Porto Palmeira apresentado no dia 01
Setembro de 2022 com 235 páginas

ANEXO II

Proposta Financeira – Reabilitação Cais Porto Palmeira apresentado no dia 01
Setembro de 2022 com 04 páginas

